



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

AMBIENTALIZAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS, TRADUÇÕES E INTELIGIBILIDADES POSSÍVEIS DESDE UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

Isabel C. M. Carvalho²

Rodrigo Toniol³

RESUMO: O presente trabalho analisa o modo pelo qual a Educação Ambiental tem sido agente e, ao mesmo tempo, efeito de um processo de ambientalização das esferas sociais. Este fenômeno, conforme o concebemos, é parte de uma série de transformações mais amplas que têm contribuído para tornar a questão ambiental numa espécie de *idioma* não restrito ao âmbito ecológico, mas capaz de operar como paradigma moral, ético e estético. A partir da construção de uma perspectiva interdisciplinar entre educação e antropologia, sugerimos que as práticas de Educação Ambiental resultam do imbricamento desse *idioma* de amplitude global com a produção local de significados.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Antropologia, Ambientalização Social.

ABSTRACT: This paper discusses how environmental education has been a agent and at the same time, effect of the process of social spheres greening. This phenomenon, as we conceive it, is part of a broader series of changes that have contributed to the environmental issue producing a sort of language that is not restricted to the ecological level, but is able to operate as a paradigm for moral, ethical and aesthetic. We propose an interdisciplinary view between education and anthropology suggest where the environmental education practices resulting from intersection of global scope that language with the local production of meanings.

Keywords: Environmental Education, Anthropology, Social environmental awareness.

¹ Este artigo foi elaborado para subsidiar as participações em mesa redonda na ANPED Sul, em Londrina, em julho de 2010 e no Grupo de Trabalho do IV CPEASUL, realizado na Univali, em Balneário Camboriú, em setembro de 2010.

² Psicóloga. Dra em educação. Profa. Adjunta do PPGEDU da Pontifícia Universidade Católica do RS Av. Ipiranga, 6681, prédio 15. CEP: 90619-900. Porto Alegre RS. Grupo de Pesquisa Ambiente, Cultura e Educação/ CNPq

<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/detalhegrupo.jsp?grupo=0006708ISZ9KU1>

³Bacharel em Ciências Sociais, mestrando em antropologia da UFRGS Avenida Bento Gonçalves, 9500 Agronomia, 91509-900 Porto Alegre / RS.

Introdução

Neste artigo compartilhamos com a comunidade acadêmica dos pesquisadores em educação ambiental parte das questões que temos como horizonte de investigação. Cabe situar que esta pesquisa se realiza no âmbito da linha de Pesquisa Teorias e Culturas em Educação do Programa de Pós-Graduação (PPGEDU) da PUCRS e do Grupo de Pesquisa Cultura, Ambiente e Educação/CNPq. A pesquisa acontece em parceria entre o PPG da PUCRS e o Núcleo de Estudos da Religião (NER) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) da UFRGS. O que estabelecemos como objetivo da investigação é a análise e compreensão dos processos de ambientalização da sociedade brasileira na área da educação, focalizando particularmente a educação ambiental. Entendemos por ambientalização o processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais bem como na formação moral dos indivíduos. Este processo pode ser identificado tanto na emergência de questões e práticas ambientais como um fenômeno novo quanto na reconfiguração de práticas e lutas tradicionais que se transformam ao incorporar aspectos ambientais. A metodologia de pesquisa utilizará a observação participante e a etnografia de práticas educativas como recursos para compreender a instituição de um *habitus* ou de um *idioma* ecológico na sociedade. Ao mesmo tempo, procurará apontar para o caminho inverso, das transformações que vem ocorrendo na própria noção e no significado do que seja ambiental a partir da sua incorporação no âmbito das instituições educacionais. Por fim, com a apresentação desta pesquisa enfatizamos a produtividade deste caminho que vimos percorrendo nos últimos anos que é o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar entre educação e antropologia, e suas possibilidades para pensar uma antropologia da educação, notadamente, em nosso caso, uma antropologia da educação ambiental.

1. A ambientalização das esferas sociais

É visível nas últimas décadas o fortalecimento das dimensões institucionais do campo ambiental bem como a emergência de novos movimentos na esfera social deste campo. Esta legitimação social de uma *questão ambiental* nos leva à hipótese de uma ambientalização da esfera social caracterizada pelos diversos processos de internalização da questão ambiental que têm atravessado um conjunto de instituições e movimentos sociais. Esta análise tem sido corroborada por estudiosos da sociedade e do fenômeno ambiental no âmbito das ciências

humanas. Neste sentido poderíamos destacar os estudos pioneiros de Bullard (1996, 2000) e os trabalhos de Pellow & BRULLE (2005) sobre a ambientalização da questão racial no âmbito dos movimentos por direitos civis nos EUA. Tornou-se uma referência na história recente dos movimentos sociais a “conversão ambiental” das populações não brancas (negros, asiáticos, latinos e índios) que se mobilizaram no movimento que foi chamado “o que se passa no meu quintal?”(*What’s In My Backyard*), cuja reivindicação foi a de que o governo parasse de mandar para suas comunidades empreendimentos poluidores. Com o apoio da Igreja, através da Comissão para justiça racial da Igreja de Cristo (Commission for Racial Justice, United Church of Christ) e das pesquisas do próprio Robert Bullard desde a Universidade de Atlanta foi produzido o famoso relatório “Toxic Wastes and Race in the United States: A National Report on the Racial and Socio-Economic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites” lançado em 1987 que denunciava a relação positiva entre danos ambientais e bairros habitados por populações não brancas⁴. No Brasil a emergência dos movimentos de justiça ambiental e a ambientalização dos conflitos sociais tem sido objeto dos estudos de LEITE LOPES (2006, 2004a , 2004b, 2000), ACSELRAD (2010, 2004) , ZHOURI (2008, 2007, 2005) entre outros. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental é uma coalizão importante neste sentido. Apoiada por pesquisadores, militantes e ONGs a Rede opera com os princípios da justiça ambiental identificando e apoiando casos de conflitos ambientais nos quais a distribuição desigual dos custos ambientais atinge territórios e populações vulneráveis. O elemento racial, embora não seja o fator mais evocado pelos atores das lutas ambientais brasileiras, foi destacado pela Rede Brasileira que realizou o I Seminário sobre Racismo Ambiental em 2006. Neste contexto o conceito de racismo ambiental foi formulado como segue:

Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (HERCULANO e PACHECO, 2006)

4 No site do Centro de Pesquisa em Justiça Ambiental da Universidade de Atlanta <http://www.ejrc.cau.edu/> dirigido por Bullard, além de diversos artigos sobre o tema, são indicadas algumas páginas na internet onde é possível comprovar os resultados de sua pesquisa. Ou seja, saber a localização e os danos ambientais a diversas populações negras que passaram a se mobilizar.

Para nosso argumento é particularmente importante a contribuição dos trabalhos de Acselrad e de Leite Lopes sobre a ambientalização dos conflitos sociais que apontam como a formulação da questão ambiental tem configurado novas perspectivas para questão social na esfera pública. Neste sentido, por exemplo, Leite Lopes identifica processos de ambientalização das lutas sindicais articulados a transformações no Estado, a mudanças de comportamento das pessoas no trabalho, na vida cotidiana e no lazer. Analisa este conjunto de mudanças como parte do fenômeno onde a emergência da questão ambiental opera como nova fonte de legitimidade social. Na mesma direção, ACSELRAD (2004) e ZHOURI (2007) chamam a atenção para os conflitos ambientais como indutores de novas estratégias argumentativas nos conflitos sociais.

Os modos de incorporação e, ao mesmo tempo de (re)formulação da questão ambiental pelas instituições e movimentos que a incorporam aparece na análise do que Leite Lopes (2006) e Acselrad (2010) tem chamado de “argumento”, mas que propomos deslocar para o que chamaríamos de um *idioma ambiental* que tem se feito presente em diversas práticas sociais. Este fenômeno nos parece um importante operador de legitimidade social da questão ambiental e também de crença e de identidade cultural relacionadas a internalização de uma “orientação ecológica” ou ainda um “habitus ecológico”. Para além do âmbito dos conflitos a questão ambiental parece expandir-se como um argumento ou *idioma* válido para um horizonte ambiental moral, ético e estético.

2. A ambientalização como tradução da problemática ambiental pelas práticas sociais

O sociólogo Boaventura Souza Santos (2005) ao analisar os desafios de articulação entre as lutas contra hegemônicas para produção de alternativas comuns à globalização neoliberal chamou de *tradução* o trabalho de reconhecimento e compreensão das convergências possíveis entre as práticas diversas de onde poderiam vir as alternativas como os movimentos ecológicos, pacifistas, indígenas, feministas e de trabalhadores. A tradução e o mútuo reconhecimento entre estas práticas é para Boaventura a condição para o diálogo e a imaginação de outro mundo possível. Como ele mesmo afirmou: “Essa tarefa implica um vasto exercício de tradução para expandir a inteligibilidade recíproca sem destruir a identidade dos parceiros da tradução” (2005, 30). O resultado social deste mútuo

reconhecimento é denominado por Boaventura como o estabelecimento de uma *zona de contato* e diálogo entre diferentes práticas e saberes sociais⁵.

A ideia da tradução poderia ser acionada aqui como mais uma metáfora para compreender a ambientalização das práticas sociais. Evidentemente que ao ser pensada nas duas mãos que o diálogo propicia, esta tradução não se dá numa única via. Não se trata, portanto, de uma redução do idioma social dos trabalhadores, das mulheres, das religiões, num idioma ambiental. A tradução enquanto diálogo tem o potencial de produzir uma "tradução ambiental" das práticas sociais ao mesmo tempo que reconfigura a questão ambiental tornando-a socialmente articulada. Este processo de ambientalização das práticas sociais — cuja contrapartida é a politização da questão ambiental — pode ser observado, por exemplo, na trajetória de organização dos catadores que estiveram tradicionalmente ligados a questões como geração de renda, associativismo e cooperativismo, ocupação informal, exclusão do mundo do trabalho formal entre outras categorias sociológicas. Na última década assistimos a um deslocamento desta identidade social para a categoria de recicladores. Ao incorporar a questão ambiental como parte de sua ação, os catadores puderam se rerepresentar a sociedade na forma de um movimento de interesse ambiental, incluindo propostas de um movimento nacional de trabalhadores da reciclagem.

Outro caso emblemático da internalização do ambiental por uma prática social religiosa é o da Romaria das Águas. Esta Romaria foi criada em 1995 no RS a partir da ação da pastoral popular da Igreja católica junto aos catadores das ilhas do Guaíba. Progressivamente ganhou o sentido de uma ação educativa socioambiental de conscientização especialmente a partir de ações exemplares de limpeza das margens da bacia hidrográfica do Guaíba com um grande envolvimento da rede pública de ensino, das prefeituras municipais, de ONGs e movimentos. Este processo culmina num grande ritual público anual (12 de outubro) de procissão fluvial que translada a imagem de Nossa Sra. Das Águas através das Ilhas, integrando os campos da ecologia, educação e religião.

No âmbito da Igreja Católica destacamos também o processo de ambientalização na trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e nos temas das Campanhas da Fraternidade.

⁵ Boaventura Souza Santos (2005) faz um interessante exercício de aplicar a noção de tradução na análise comparada da noção ocidental de direitos humanos, perspectivada a partir das noções indiana de Dharma e islâmica de Umma.

A CPT, que desde o início esteve vinculada as lutas agrárias no Brasil, internalizou a temática ambiental associando à posse da terra a necessidade de tecnologias apropriadas para o manejo ecológico nos assentamentos. As Campanhas da Fraternidade, por sua vez, têm privilegiado questões ambientais nas suas edições como: Água, Amazônia e, neste ano de 2010, a oposição “mercado e vida”.

O caso da Rede Teia, que envolve professores, escolas, e a ONG Centro Ecológico no litoral do Rio Grande do Sul, mostra também as possibilidades de um espaço de articulação em torno da educação ambiental. Nesta experiência, o ambiental, por meio da educação, tem sido o elo entre a política municipal de formação de professores, as escolas públicas, as iniciativas de agricultura ecológica, a produção literária infanto-juvenil.

3. A Educação Ambiental como efeito e agente da ambientalização das esferas sociais

A EA no contexto da ambientalização das questões sociais que vimos apresentando poderia ser considerada ao mesmo tempo efeito e agente de ambientalização das práticas sociais. Como mostrou Leite Lopes (2004) em seu estudo sobre conflitos ambientais na cidade industrial de Volta redonda (RJ). O que Leite Lopes chamou de “educação ambiental generalizada” no programa de EA da Agenda 21 foi relevante na internalização da questão ambiental pelos sindicalistas, destacando-se como um dos fatores importantes de ambientalização do conflito social naquela cidade. Neste mesmo artigo Leite Lopes analisa o caráter prescritivo da EA, no sentido desta educação se caracterizar por uma larga oferta de preceitos de conduta cotidiana em relação ao ambiente. O recurso aos trabalhos de Norbert Elias (1990, 1003) e a analogia com a educação para as boas maneiras ou etiquetas sociais na formação de uma educação da corte que instituíram as condutas distintivas deste grupo social em relação ao povo inculto nos parece bastante pertinente. A educação ambiental também instaura distinções entre os sujeitos educados ambientalmente e aqueles cujos comportamentos não ecológicos são geralmente associados à barbárie. A caução da educação ambiental no argumento do agravamento dos problemas ambientais e sua crescente visibilidade e legitimidade pública cria condições para o que Leite Lopes (2004) chama de “inculcação” do novo domínio do meio ambiente, sua nova linguagem e seus novos usos se tornando um *habitus*, no sentido de Bourdieu (1996). Aqui a idéia de inculcação, uma tarefa clássica da pedagogia corretiva, não parece deslocada. Contudo, a formação de um *habitus*

descreve melhor uma educação ambiental performativa enquanto que a inculcação descreveria sua ênfase exclusivamente normativa. Ainda que saibamos o quanto estes dois horizontes são intercambiáveis na ação prática desta modalidade educativa, bem como na formação dos gostos e preferências éticas e estéticas de um modo geral.

4. O global e o local na constituição de práticas ecológicas

Para compreender melhor os processos que tornam plausível o argumento ambiental e que por isso o fazem da compreensão do mundo por diferentes segmentos sociais, é relevante observar, desde uma perspectiva antropológica, a dinâmica que se estabelece entre o discurso global e sua recepção e transformação nos âmbitos das culturas locais.

O imbricamento entre os níveis local e global questiona uma visão bastante disseminada da força homogeneizadora dos processos globais e da passividade das culturas locais diante desta força. Afirmar uma hipotética sujeição das culturas locais aos discursos universalizantes sobre o ambiente seria o mesmo que desconsiderar sua autonomia e intencionalidade histórica e desconsiderar a potencialidade do local na conformação dos processos globais.

A propósito das reflexões acerca da tensão entre o local e o global na constituição de práticas singulares, destacaremos a contribuição de Marshall Sahlins (1997^a, 1997^b). Tomando como ponto de partida a inexorabilidade da noção de cultura enquanto objeto privilegiado da antropologia, Sahlins se contrapõe aos paradigmas que aderem a certo “pessimismo sentimental” e que tendem a conferir à globalização capitalista o poder de dissolver diversidade das culturas numa única “aldeia global”, onde a singularidade e a criatividade locais nada mais seriam do que “versões locais da civilização Ocidental” (Sahlins, 1997^a: 42). Desde esta perspectiva, a expansão do capitalismo desencadearia um processo de “desculturação” das populações locais que se tenderiam a desaparecer sob a força avassaladora dos processos hegemônicos globais.

Na contramão desta perspectiva, respaldado por um grande número de exemplos etnográficos de diversas regiões do planeta, Sahlins contradiz esta hipótese do desaparecimento e da assimilação das culturas locais por uma hipotética cultura global. Estas etnografias, longe de evidenciarem a presença de um sistema mundial monológico e determinista, tornam patente a capacidade das culturas locais em manipularem e agenciarem, a partir de suas próprias lógicas e dinâmicas, os elementos culturais exteriores e diversos de

sua tradição que a globalização lhes torna acessíveis. Esta visão do processo de globalização desde a experiência local é o que permite perceber o papel ativo e contra-hegemônico das populações periféricas e de grupos vulneráveis, o qual Sahlins chamou de “indigeneização da modernidade”, em contraposição ao conceito de globalização.

Este giro interpretativo da globalização para a indigeneização, proposto por Sahlins, será uma das balizas teóricas que deverá nortear nossa percepção e análise dos processos pelos quais a questão ambiental é incorporada na experiência coletiva de grupos e movimentos sociais e na formação de sujeitos ecologicamente orientados. Partindo, portanto, do olhar e da interpretação etnográfica sobre as práticas, as táticas e as estratégias locais de incorporação e institucionalização da questão ambiental nos campos da educação e da religião, esperamos poder compreender as transformações que vem ocorrendo na própria noção do que seja o ambiental. Ou seja, acreditamos que ao se inscrever no sistema de significados, crenças e valores dos campos religiosos e educacionais o ambiental assume características próprias das lógicas e regras destes campos, ao mesmo tempo em que esses são transformados pelo princípio relacional entre integração e diferenciação, exterior e interior, local e global. Assim, na medida em que tomamos como premissa que não há um sentido real ou originários de ambiental, ao qual todos os outros significados se distanciam ou se aproximam, procuramos compreender os seus múltiplos sentidos como parte de um jogo que funciona a partir de um conjunto de relações e agenciamentos locais de questões globais e vice-versa.

5. Plantas exóticas, pós-colonialismo e ambientalização

Outra contribuição importante para a compreensão dos processos de ambientalização da educação é a dos antropólogos sul-africanos Jean e John Comaroff. A idéia de que o ambiental opera como um *idioma* franco da globalização, em lugar do *idioma republicano e democrático* que, por exemplo, foi central no pensamento e no projeto político de Durkheim e Dewey, será fundamental para compreendermos os usos e as apropriações táticas e estratégicas que as instituições fazem deste *idioma* em vista de fins próprios, nem sempre ecologicamente orientados.

Num artigo sobre a relação entre uma catástrofe ambiental na África do Sul e a situação do Estado pós-colonial, John e Jean Comaroff nos oferecem um denso relato etnográfico com

dados coletados na imprensa e na mídia que mostram como as questões ambientais podem servir como um *idioma* para intervir na arena das disputas políticas. O texto narra um incêndio ocorrido aos arredores da Cidade do Cabo, com grandes prejuízos para a fauna e a flora locais. Acompanhando os relatos da mídia sobre o evento, os autores mostram que, se num primeiro momento o foco esteve direcionado para as especulações sobre por quem e como o fogo teria sido provocado; após algumas semanas do ocorrido, o debate tomou outra direção. Um aspecto inicialmente marginal da catástrofe – a presença de plantas exóticas de origem estrangeira na floresta que incendiara – passou a merecer todas as atenções. A opinião pública passou a acreditar que: “fosse qual fosse a causa inicial do incêndio, o fogo atingiu proporções tão calamitosas apenas devido à presença de plantas estrangeiras invasoras que queimam mais e mais facilmente do que a flora nativa” (Comaroff e Comaroff, 2001).

A acusação de que as plantas “exóticas”, estrangeiras, tenham sido a causa do incêndio, cristalizou uma série de tensões que estavam latentes no contexto pós-colonial da África do Sul. A porosidade das fronteiras que ameaçava a soberania nacional, o pertencimento e a identidade nacionais foram algumas das questões levantadas pelos sul-africanos a propósito do desastre ecológico. Assim, questões referentes à autoctonia, tão caras à política do Estado pós-colonial, emergiram com o evento e foram expressas num “*idioma da natureza*”. Este *idioma*, como mostram Comaroff e Comaroff (2001), constitui-se num poderoso elemento capaz de aglutinar em torno da natureza questões relativas à política, educação, identidade e religião. Em certo sentido, a possibilidade da natureza engendrar disputas, conflitos e tensões que estariam – seguindo uma dicotomia clássica para antropologia – no pólo da cultura, nos conduz a questionar a segmentarização desses campos que possivelmente estejam bem mais imbricados, produzindo híbridos (Latour, 1994).

5.1. Nativos e ecologistas no paraíso ambiental: conflitos e diálogos possíveis

No contexto brasileiro, o estudo de Rosane Prado (2003) sobre a introdução do turismo ecológico na Ilha Grande (RJ) retoma as contribuições dos Comaroff e Comaroff (2001). A autora apresenta as tensões entre os nativos da Ilha e os não-nativos a partir da transformação daquele espaço num “paraíso ambiental”. Os não-nativos, muitas vezes ecologistas, defendiam a preservação da ilha e a proteção às espécies “exóticas” da fauna e flora naquele *habitat*. Os nativos, por sua vez, eram alvos de uma série de investidas dos não-nativos no

sentido de buscar “civilizá-los ecologicamente”. Estes conflitos contrapõem-se a percepções de que o campo da ecologia é o campo da unanimidade, ou então, nos termos de Prado (2003), de conceber que proposições com finalidades ecológicas pairam acima de qualquer suspeita, sendo “ungidas por seu próprio conteúdo: seriam o bem de todos. Parece ser assim sempre que se trata de algo proposto com a aura da “ecologia”, do prefixo “eco” – é ecológico, é do bem; é “eco”, é bom” (PRADO, 2003, p. 222). Além da tensão nativos e exóticos, aqui representados ironicamente pelos ecologistas, outra das questões que compõe esta problemática é a tensão entre sustentabilidade e conservação. Observamos aqui duas percepções: a natureza como passível de ser gerida dentro limites impostos por uma racionalidade ambiental que caracteriza o ideário da sustentabilidade; e a natureza como um Bem a ser conservado pelo seu valor intrínseco como santuário ecológico ou reserva de natureza intocável.

Um dos grandes desafios contemporâneos para a gestão e a educação ambiental é a busca da negociação entre nativos e exóticos, local e global, sustentabilidade e conservação. Neste sentido, a contribuição de uma antropologia ecológica e simétrica pode ser oportuna para pensar as possibilidades de articulação entre a biodiversidade e a diversidade cultural.

REFERÊNCIAS:

- HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Orgs). **I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, 2006.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais. **Revista estudos avançados**, v. 24 n. 68, 2010, p. 103-119.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. E PADUA, J. (Orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Damará: Fundação Ford, 2004.
- BULLARD, R. D. The legacy of American apartheid and environmental racism. **St Jhon’s Journal of Legal Commentary**, n. 9, 1996, p. 445-474.
- BULLARD, R. D. Environmental justice challenges at home and abroad. In: LOW, Nicholas. **Global Ethics and Environment**. London, New York, Routledge, 1999,
- BULLARD, R. D. Environmental justice: strategies for building healthy and sustainable communities. In: **WORLD SOCIAL FORUM**, 2, Porto Alegre, fev. 2002.

- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 57-106, jul. 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v.2. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- HARVEY, D. Considerations on environmental justice. In: LOW, N. **Global Ethics and Environment**. London, New York, Routledge, 1999.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEITE LOPES, J. S. (Org.) . **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**; Participação e Controle Público da Poluição Industrial (coordenador). 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. [v. 1].
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, 2006, p. 31-64.
- LEITE LOPES, J. S. Participação Pública e controle da poluição: a ambientalização dos conflitos sociais. **Revista de Ciências Sociais** , Fortaleza, Ceará, v. 35, n. 1, 2004b. p. 20-30.
- LEITE LOPES, J. S. ; ANTONAZ, D. ; PRADO, R. ; SILVA, G. . Naturalização e estranhamento: alguns aspectos da construção social da poluição ambiental em Itaguaí, Angra dos Reis e Volta Redonda, RJ. **Cadernos do Ippur**, Rio de Janeiro, v. 1, 2000, p. 181-196.
- PELLOW, D.; BRULLE, R. J. **Power, justice and environment**. A critical appraisal of the environmental justice movement. Cambridge, MIT Press, 2005.
- PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na ilha grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224, 2003.
- SHALLINS, M. “O pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 41-73, 1997.
- SHALLINS, M. “O pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 103-150, 1997.

SOUZA SANTOS, B. O futuro do FSM, o trabalho da tradução. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, jan-fev, p 28-39, 2005.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 97-107, 2008.

ZHOURI, A. ; TEIXEIRA, R. O. S. . Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, p. 19-45, 2007.

ZHOURI, A. (Org.) ; SIANO, D. B. P. (Org.) ; LASCHEFSKI, K. (Org.) . A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.